

CEG 2012

Empresa acena com avanço e categoria decide se aceita

Em reunião realizada no último dia 22 de dezembro com a direção da CEG, o Sintergia e o membro da Comissão de funcionários reafirmaram sua intenção de encontrar uma solução negociada para o impasse a que chegou a negociação do ACT da categoria e a empresa mostrou-se disposta a rever o que dissera anteriormente ser sua proposta final.

A empresa acena com uma proposta intermediária entre o que a categoria pede e a sua última contraproposta, mas é fundamental que todos(as) compareçam à Assembléia e tomem uma decisão de forma amadurecida e consensual.

Na última Assembléia, com a presença inclusive da Assessoria Jurídica do Sindicato, foram tiradas todas as dúvidas sobre eventuais consequências legais caso se vá a dissídio.

Diante disso, a categoria tem consciência de que uma solução negociada é fundamental para que saíamos do impasse.

Por e-mail, diversas pessoas têm se pronunciado a favor de uma solução negociada, mas é preciso comparecer à Assembléia e fazer valer sua opinião, discutindo e, o principal, votando.

Para a direção do Sindicato vale sempre a decisão da categoria como um todo e o comparecimento à Assembléia do maior número de pessoas vai dar oportunidade para que a decisão tomada reflita a expectativa da grande maioria.

Venha! Traga um(a) companheiro(a) de setor.

Quem participa, decide!

PLR - Na mesma Assembléia serão dados informes sobre a PLR 2011.

ASSEMBLÉIA

**Dia 5 de janeiro de 2012 - No Auditório do Sintergia
Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar
1ª chamada – 17 horas - 2ª chamada – 17h30min**

CUT defende fim do Imposto Sindical

No próximo ano, a Central Única dos Trabalhadores vai com tudo para acabar com uma herança do sindicalismo pelego, atrelado ao Estado: o imposto sindical. Criado durante o governo de Getúlio Vargas, a cobrança compulsória faz com que a criação de sindicatos sem qualquer combatividade seja um grande negócio no Brasil, já que o dinheiro vem sem a necessidade de promover qualquer luta pelos trabalhadores.

Em entrevista ao Portal da CUT, o presidente Artur Henrique destaca que a Central promoverá plebiscitos nos locais de trabalho para verificar se a manutenção da estrutura sindical é o desejo dos trabalhadores ou se preferem uma contribuição negocial definida democraticamente pelos próprios trabalhadores em assembleias das categorias. Ele faz ainda um balanço deste ano e comenta que a pressão sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para aprovar a pauta dos trabalhadores será intensificada em 2012.

Esse ano de 2011 foi positivo para a CUT?

Artur Henrique – Acredito que sim. Desde o início do ano, com a ocupação do Congresso, depois com o Dia Nacional de Mobilização e, posteriormente, voltando a pressionar os deputados e senadores no início do segundo semestre para que aprovassem nossa pauta, realizamos muitas lutas. Ajudamos a construir a Marcha das Margaridas e tivemos vitórias importantes, como as categorias que conquistaram aumento acima da inflação, mesmo diante da pressão sobre nós com aquela ideia de que era preciso controlar a inflação evitando dar aumento de salário. As categorias foram à luta e aproveitaram o bom momento pelo qual estamos passando, apesar da crise internacional. Aprovamos também a política de valorização do salário mínimo, que vai ter agora no início de 2012 aumento real de 7,5% e será um importante instrumento para enfrentar a crise por meio do fortalecimento do mercado interno.

O Congresso jogou contra os trabalhadores?

Artur – A pauta dos interesses imediatos dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o fim do Fator Previdenciário, a regulamentação da Convenção 151 da OIT (negociação no serviço público), a aprovação da Convenção 158 (para coibir a dispensa imotivada) e a luta contra a terceirização, que precariza as relações de trabalho, sofreram com a posição do Executivo e do Legislativo, que impediram avanços. Chegamos ao final do ano com a 151 parada na Casa Civil, após dois anos de debate e depois de ter sido aprovada no Congresso. Tivemos também que fazer uma grande campanha contra um projeto sobre terceirização que ainda está sendo articulado por alguns deputados ligados a outras centrais sindicais e é extremamente prejudicial aos trabalhadores. Enquanto a 158 sofreu perdas importantes em votações no Congresso. A agenda dos trabalhadores foi colocada em segundo plano. Precisamos de reformas estruturais para aprofundar mudanças.

Quais são essas reformas?

Artur – Estamos falando das reformas política, tributária, sindical e da democratização da comunicação, que não avançaram. Além da reforma agrária, da aprovação da PEC do Trabalho Escravo (que destina à reforma agrária propriedades onde for flagrada situação análoga à escravidão) e da defesa das propostas da CUT na Conferência do

Trabalho decente, como a luta contra o trabalho infantil e contra o trabalho escravo. No segundo semestre também atualizaremos nossa plataforma para as eleições, enfocando principalmente propostas para o desenvolvimento regional. Além disso, acabamos de participar do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Fundo Social do Pré-Sal. Serão trilhões de dólares que poderão ser aplicados para combater a desigualdade, para acabar com a miséria, para melhorar os salários e a renda, para fazer o que precisamos fazer.

Em uma audiência recente na Câmara, somente a CUT defendeu o fim do imposto sindical, enquanto as demais se aliaram às entidades patronais. Ainda assim é possível acabar com o imposto?

Artur – O que as demais centrais estão fazendo não cabe na nossa ética sindical. As outras centrais e alguma entidades patronais não querem mudar a estrutura sindical, mas nós queremos e vamos falar diretamente com os trabalhadores. Para isso vamos fazer uma ampla campanha, um plebiscito, abaixo-assinado conversando com as bases. Queremos explicar que desejamos dar liberdade e autonomia para que decidam sobre a forma de sustentação das suas entidades sindicais e não um imposto que vem de cima para baixo.

Os empresários voltaram a bater na tecla da redução de impostos, apesar de defenderem o imposto sindical. O que a CUT pensa sobre isso?

Artur – Quando falamos em desoneração temos que voltar à tecla da reforma tributária. O Brasil não tem imposto sobre grandes fortunas, ao contrário de qualquer país desenvolvido. Se você cobrar 1,5% de 300 mil famílias que tem patrimônio acima de R\$ 1 milhão você arrecada R\$ 44 bilhões, valor suficiente para resolver o problema do financiamento da saúde, só para dar um exemplo. Em 2011, os empresários foram beneficiados com crédito mais barato e desonerações, mas não tivemos a implementação da progressividade dos impostos e a isenção do imposto de renda sobre a PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Quem mais reclama dos impostos é quem não precisa dos serviços públicos porque tem dinheiro para ir para o setor privado. Precisamos do Estado para garantir acesso universal à saúde de qualidade, educação, segurança.

A questão ambiental estará ainda mais presente no ano que vem com a Rio+20. Como a classe trabalhadora se insere nesse cenário?

Artur – Para discutir desenvolvimento sustentável devemos dar o mesmo peso para quatro pilares: econômico, social, ambiental e político. Isso envolve a agenda do trabalho decente. Há uma diferença absurda entre o que ganham os catadores de material reciclável e o ganho da indústria de alumínio por conta do trabalho agregado desses catadores, por exemplo. Quando se fala em emprego verde precisa verificar se há carteira assinada, respeito aos direitos. As pessoas podem ter acesso ao desenvolvimento sem que precisem ter seis geladeiras, 10 carros, quatro apartamentos, como ocorre hoje. Podemos estabelecer uma grande aliança dos movimentos sociais com os governos progressistas para trabalhar propostas de desenvolvimento que considerem a mudança no modo de produção e consumo e levem em conta outros indicadores além do PIB. Temos que ter indicadores de felicidade, de qualidade de vida e não apenas econômico.